



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – CCBSA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

CONCEIÇÃO SAMARA DE ALMEIDA SOUZA

**A ATUAÇÃO DO BANCO DO BRASIL NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL**

JOÃO PESSOA
2016

CONCEIÇÃO SAMARA DE ALMEIDA SOUZA

**A ATUAÇÃO DO BANCO DO BRASIL NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Bacharelado em Administração, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientadora: Msc. Cecília Telma Alves Pontes de Queiroz

JOÃO PESSOA
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A447a Almeida, Conceição Samara de
A atuação do banco do Brasil no desenvolvimento regional sustentável [manuscrito] / Conceição Samara de Almeida. - 2016.
53 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2016.
"Orientação: Profa. Ms. Cecília Telma Alves Pontes de Queiroz, PROEAD".

1. Desenvolvimento Regional. 2. Responsabilidade Socioambiental. 3. Banco do Brasil. I. Título.

21. ed. CDD 658.401

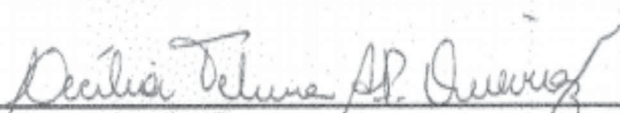
CONCEIÇÃO SAMARA DE ALMEIDA SOUZA

**A ATUAÇÃO DO BANCO DO BRASIL NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL**

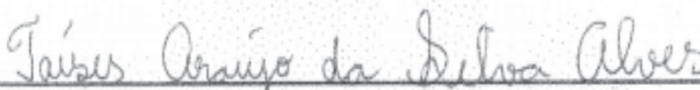
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Bacharelado em Administração, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau Bacharel em Administração.

Aprovado em ____ de dezembro de 2011

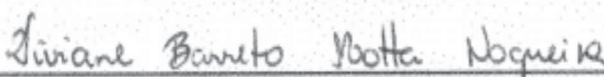
BANCA EXAMINADORA



Profa. MSc. Cecilia Telma Alves Pontes de Queiroz / UEPB
Orientadora



Profa. Dra. Tais Araujo da Silva Alves / UEPB
Examinadora



Prof. MSc. Viviane Barreto Motta Nogueira / UEPB
Examinadora

APRESENTAÇÃO

Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) é um tema bastante utilizado hoje pelas organizações, porém, no passado, não foi assim. Durante muito tempo, a maior preocupação das empresas foi o crescimento econômico, ou seja, gerar lucros, sem, no entanto, preocupar-se com o desenvolvimento. Atualmente, esse conceito não é mais válido, e a temática da sustentabilidade é cada vez mais adotada pelas organizações que compreendem a importância da coletividade e a retenção e preservação dos recursos.

No Brasil, diversas empresas já estão engajadas nesse conceito de sustentabilidade, e o Banco do Brasil, por meio de sua própria estratégia comercial de DRS, apoia o desenvolvimento de atividades produtivas rurais e urbanas em várias regiões do Brasil onde está presente.

RESUMO

Este trabalho de Conclusão de Curso apresenta como tema central o estudo da atuação do Banco do Brasil no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável e tem como objetivo geral descrever as principais linhas de ações voltadas para o desenvolvimento regional sustentável utilizado pelo Banco do Brasil, cuja atuação possa ser considerada estratégica. Tal esforço se justifica ao destacar o papel da instituição, sua postura e seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa predominantemente bibliográfica e/ou documental. Para coletar os dados, foram feitas pesquisas em sites especializados em DRS, na intranet, no ambiente da Universidade Corporativa Banco do Brasil, em livros e em apostilas. O universo da pesquisa foi o Banco do Brasil e sua estratégia negocial de DRS, no âmbito nacional, com foco na Região Nordeste, destacando algumas das principais estratégias de seus nove estados (amostra). Os dados foram analisados por meio da técnica da análise de conteúdo. Os resultados apontam para uma maior participação do Banco do Brasil em questões de responsabilidade socioambiental. Constatou-se que, nas regiões onde atua a estratégia DRS, foram desenvolvidas soluções que contribuíram para o aumento da inclusão social e a geração de emprego e de renda, o que possibilitou um aumento no índice de desenvolvimento humano (IDH) da região. Os resultados mostraram que, em função da descrição das ações movidas pelo BB, em termos de desenvolvimento regional sustentável, a qualidade de vida dos beneficiários envolvidos melhorou na comunidade local, e o Banco do Brasil passou a participar mais das questões socioambientais. Pode-se concluir que a efetividade da estratégia negocial DRS do Banco do Brasil, em todo o território nacional, contribui para o crescimento socioeconômico do país e de todos os envolvidos.

Palavras-chave: Banco do Brasil. Responsabilidade Socioambiental. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

This paper Course Conclusion has as its central theme the study of Bank of Brazil's operations in the Sustainable Regional Development Program and has the general objective to describe the main lines of actions for sustainable regional development used by the Bank of Brazil, whose activities can be considered strategic. Such effort is justified to highlight the role of the institution, its position and its commitment to sustainable development. As for the methodology, it is predominantly a bibliographic and / or documental research. To collect data, research has been done on specialized sites in DRS, the intranet, in the environment of the Bank of Brazil Corporate University, in books and handouts. The research sample was the Bank of Brazil and its business strategy of DRS, at the national level, focusing on the Northeast region, highlighting some of the key strategies of their nine states (sample). The data was analyzed using the technique of content analysis. The results indicate a greater participation of the Bank of Brazil in environmental responsibility issues. It was verified that in the regions where the DRS strategy operates, solutions have been developed that contributed to the increase of social inclusion and the generation of employment and income, which allowed an increase in the human development index (HDI) of the region. The results showed that, depending on the description of the lawsuits filed by BB in terms of sustainable regional development, the quality of life of the beneficiaries involved improved in the local community, and the Bank of Brazil started to participate more in social and environmental issues. It can be concluded that the effectiveness of the DRS business strategy of the Bank of Brazil, throughout the national territory, contributes to the socio-economic growth of the country and all involved.

Keywords: Bank of Brazil. Social and Environmental Responsibility. Regional development.

AGRADECIMENTOS

À UEPB, pela oportunidade concedida que, permitiu assim a realização de mais um sonho.

À coordenação do curso de administração à distância, por seu empenho e diligência.

À professora Ms. Cecília Telma Alves Pontes de Queiroz, pela delicadeza e atenção ao longo desta orientação.

Aos professores das disciplinas do curso de administração à distância, que contribuíram por meio dos conhecimentos fornecidos para a concretização deste trabalho.

Aos tutores, em especial ao professor Rodrigo Santiago Costa, pelo sua contribuição, dedicação e presteza.

A minha mãe, pelo seu incentivo e encorajamento, sempre presente nos momentos mais difíceis.

Ao meu esposo e a minha querida filha, pela compreensão e apoio.

À banca de professores, por sua presença e presteza.

A Deus, que acima de tudo me deu forças para chegar até aqui.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Conceito DRS	27
Figura 2 - Atuação do Banco do Brasil	29
Figura 3 - Metodologia de atuação	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resultados na Região Norte	33
Quadro 2 - Resultados na Região Centro-oeste	34
Quadro 3 - Resultados na Região Sul	35
Quadro 4 - Resultados na Região Sudeste.....	36
Quadro 5 - Resultados na Região Nordeste	37

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANSI	American National Standards Institute
BB	Banco do Brasil
BNDESPAR	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Participações)
CBSS	Companhia Brasileira de Soluções e Serviços
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
DIN	Alemanha a Deutsches Institut für Normung e.V
DRS	Desenvolvimento Regional Sustentável
ENDS	Estratégias Nacionais de Desenvolvimento sustentável
FED	Federal Reserv Banks
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ISO	International Organization for Standardization
MDM	Metas de Desenvolvimento do Milênio
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Reciclados
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PN	Plano de Negócios
RSA	Responsabilidade Socioambiental
WBCDS	Conselho Mundial para o Desenvolvimento sustentável

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVOS	14
1.2 JUSTIFICATIVA	15
1.3 PROBLEMÁTICA	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	17
2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE	18
2.3 COMPONENTES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	20
2.3.1 Sustentabilidade Ambiental.....	20
2.3.2 Sustentabilidade Econômica.....	21
2.3.3 Sustentabilidade Social.....	21
2.4 ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	22
3 METODOLOGIA	24
3.1 CLASSIFICAÇÃO DO ESTUDO E DO MÉTODO	24
3.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA OU UNIVERSO E AMOSTRA	24
3.3 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS	24
3.4 ESTRATÉGIA DE TRATAMENTO DOS DADOS	25
4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	26
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA OBJETO DE ESTUDO	26
4.2 ENTENDIMENTO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO BANCO DO BRASIL	29
4.3 BREVE HISTÓRICO DA ATUAÇÃO DO BB EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	30
4.4 ATUAÇÃO DO BANCO DO BRASIL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	31
4.4.1 Público Alvo.....	33
4.4.2 Objetivos do programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do BB	33
4.4.3 Premissas.....	33
4.4.4 Visão.....	33
4.4.5 Concertação.....	34
4.4.6 Cadeia de valor.....	34
4.5 METODOLOGIA DO PROGRAMA	34
4.6 RESULTADOS DA ESTRATÉGIA DRS	35

4.6.1 Região Norte.....	35
4.6.2 Região Centro-Oeste.....	36
4.6.3 Região Sul.....	37
4.6.4 Região Sudeste.....	38
4.6.5 Região Nordeste.....	39
4.6.5.1 Resultados em Alagoas.....	40
4.6.5.2 Resultados na Bahia.....	41
4.6.5.3 Resultados no Ceará.....	42
4.6.5.4 Resultados no Maranhão.....	43
4.6.5.5 Resultados na Paraíba.....	44
4.6.5.6 Resultados no Estado de Pernambuco.....	45
4.6.5.7 Resultados no Piauí.....	46
4.6.5.8 Resultados no Rio Grande do Norte.....	47
4.6.5.9 Resultados em Sergipe.....	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

No cenário atual de um mundo globalizado, o tema do desenvolvimento sustentável é de extrema relevância, porém, segundo Queiroz e Lira,

o Brasil é um dos países onde mais avança o conceito de sustentabilidade e da aplicação de tecnologias capazes de oferecer alternativas eficientes de desenvolvimento sustentável. No entanto, é também um dos países onde os desafios da superação da miséria são mais evidentes. Na cidade e no campo, a falta de oportunidades e a ruptura de padrões mostram que o atual modelo vigente de desenvolvimento não foi capaz de elevar o país aos níveis de riqueza já alcançados por outros países, apesar de sermos a 10ª economia mundial. (2010, p. 22)

O Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil começou em 2003, quando a economia do Brasil passou por profundas mudanças, ganhou forças, ao longo dos anos, e promoveu um aumento significativo nos indicadores sociais das regiões em que atua com a elevação dos índices de emprego e renda para as famílias atendidas.

O programa teve início nas regiões com menor índice de desenvolvimento humano - IDH. Hoje está presente em todo o país (4.102 municípios) e conta com 4,2 mil planos de negócio, que beneficiam mais de 1.661.409 famílias, além de recursos próprios da ordem de 6,5 bilhões (BRANCO DO BRASIL, 2009).

A escolha do tema parte de uma particular admiração que tenho pelo programa, que vai além da disciplina Estágio Supervisionado desse curso, mas que surgiu desde que ingressei naquela instituição em 2005.

Diante do exposto, é necessário um estudo com mais rigor científico que responda à seguinte questão central: Quais as principais linhas de ações voltadas para o Desenvolvimento Regional Sustentável com que o Banco do Brasil vem atuando de forma estratégica?

1.1 OBJETIVOS

Com base no que foi exposto, cabe apresentar o objetivo geral e os objetivos específicos, inicialmente concebidos.

1.1.1 Objetivo geral

Descrever as principais linhas de ações voltadas para o Desenvolvimento Regional

Sustentável, utilizadas pelo Banco do Brasil, cuja atuação possa ser considerada estratégica.

1.1.2 Objetivos específicos

E, para garantir o objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- a) Apontar o entendimento do conceito de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil;
- b) Apresentar um breve histórico da atuação do BB em Desenvolvimento Regional Sustentável;
- c) Analisar a atuação do Banco do Brasil no DRS;
- d) Apresentar a metodologia adotada pelo BB nas ações voltadas para o DRS;
- e) Apontar as principais metas e os resultados referentes às ações estratégicas de DRS desenvolvidas pelo BB.

1.2 JUSTIFICATIVA

Segundo o Conselho Mundial para o Desenvolvimento sustentável (WBCDS, 1998), um organismo internacional puramente empresarial, com ações voltadas para a sustentabilidade, a responsabilidade socioambiental é um compromisso permanente dos empresários, para a adoção de uma postura ética, a fim de contribuir para o desenvolvimento econômico paralelo, para a melhoria da qualidade de vida de seus empregados, clientes, da comunidade local e da sociedade como um todo (ALMEIDA, 2003, p. 138).

Na busca intensa pelo aumento de lucros e de resultados, que surgem com a globalização, as empresas passaram a usar os recursos naturais de forma inconsciente e desordenada, sem se preocupar com possíveis danos que poderiam causar ao meio ambiente e à sociedade. Por essa razão, tanto as empresas públicas quanto as privadas sentiram que era preciso adotar práticas conscientes de uso dos recursos, com o objetivo de recuperar a confiança de seus clientes, preservar o meio ambiente e prevenir um provável esgotamento dos recursos naturais. Essa é uma prática passível de ser analisada numa agência do Banco do Brasil, e em função da acessibilidade à coleta de dados, surge o interesse pela pesquisa.

1.3 PROBLEMÁTICA

Esta pesquisa apresenta como tema central o estudo da Atuação do Banco do Brasil no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável e tem como objetivo geral descrever as principais linhas de ações voltadas para o Desenvolvimento Regional Sustentável com que o Banco do Brasil vem atuando. Posto isso, e com respaldo na literatura levantada, o presente estudo pretende responder ao seguinte questionamento: Podem-se visualizar iniciativas estratégicas empreendidas nos programas de desenvolvimento regional, implementadas pelo Banco do Brasil, de forma a identificar sua postura e seu compromisso com o desenvolvimento sustentável?

Segundo dados do Banco do Brasil (2012), no país, existem, atualmente, 942 planos de DRS em elaboração e mais de 4.000 sendo implementados, o que corresponde a um total de 4.114 municípios atendidos e que, juntos, beneficiam mais de 1.458.366 pessoas. Através dos números, podemos perceber como a estratégia DRS tem sido eficaz, pois o programa, em menos uma década, já conseguiu alcançar resultados tão expressivos.

Podemos perceber também o compromisso do Banco do Brasil com o desenvolvimento sustentável através de atividades apoiadas pelo DRS em todo o país, que tiveram sucesso, como é o caso de Maceió, onde o artesanato desenvolvido pelas mulheres de pescadores proporcionou não só o aumento da quantidade de associadas, que passou de 383 para 440, que resultou em um incremento de renda, mas também a afiliação dos logistas à modalidade de pagamento de cartão de crédito, que mobilizou ainda mais o comércio da região (EDITORA INSTITUTO COOPERFORTE, 2011, p. 87).

Entre outros casos de sucesso, destaca-se o de Ituberá- BA, onde já foram aplicados cerca de 3,7 milhões, com o financiamento do cultivo da pupunha, que gerou um aumento na produção de 700 kg/ha para 1500 kg/ha. Foram instaladas na região duas escolas, uma de nível fundamental e outra de nível técnico (EDITORA INSTITUTO COOPERFORTE, 2011, p. 89).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para atingir o objetivo deste trabalho, foi necessário aprofundar os conhecimentos sobre os temas abaixo, com o intuito de dar embasamento teórico às questões que serão levantadas no trabalho, como segue.

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O conceito de responsabilidade socioambiental não tem nada de novo, porquanto, desde 1929, na Alemanha, já se falava a respeito do assunto, com a temática da Função Social da Propriedade. Ao longo dos anos, o tema foi ganhando espaço e, em 1972, Singer publica o primeiro Balanço Social do Mundo, que só se fortaleceu na década de 90, depois que foram publicados os resultados da Primeira e da Segunda Conferências Mundiais da Indústria sobre o gerenciamento ambiental.

Com o fortalecimento da nova temática da responsabilidade socioambiental, a *International Organization for Standardization* (ISO) percebeu que era preciso criar um conjunto de normas que tratam da internacionalização dos padrões de qualidade ambiental e padronização de processos de produção para empresas que retiram recursos do meio ambiente - a ISO 14000, ou seja, um conjunto de normas que fornecem requisitos e diretrizes para a gestão ambiental dentro das organizações (ISO, 2002).

Logo, as empresas, preocupadas em atender à nova demanda de um mercado mais exigente, no que tange às questões ambientais, procuraram seguir as novas regras de qualidade idealizadas pela ISO 14000, a fim de conquistar a confiança de seu público interno e externo. Cada país tem um órgão responsável por elaborar suas normas. No Brasil, temos as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); na Alemanha, a *Deutsches Institut für Normung e.V* (DIN); nos Estados Unidos da América, a *American National Standards Institute* (ANSI) etc. A ISO é a entidade internacional responsável pelo diálogo entre as várias entidades nacionais de normatização.

Um exemplo de empresas e responsabilidade social é o Instituto Ethos, uma organização sem fins lucrativos, caracterizada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). A missão do Instituto é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios, de forma socialmente responsável, e torná-las parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável (YOGUI, 2007).

Podemos, pois, compreender que a responsabilidade socioambiental é um conceito amplo, que busca o desenvolvimento atrelado à preservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida das pessoas. Nas empresas, caracteriza-se como um processo contínuo e crescente, que cria competências cidadãs, e assume responsabilidades a respeito de questões sociais e ambientais, modificando o modo de produção de suas mercadorias e a realização de seus serviços, a fim de reduzir impactos causados ao meio ambiente e à sociedade, sem, no entanto, reduzir seus lucros.

Responsabilidade socioambiental é um compromisso ético das empresas com todos os públicos com os quais se relaciona, por meio de metas que proporcionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, garantam a preservação dos recursos ambientais e culturais, respeitem as diversidades e reduzam as desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2012). É o meio pelo qual as empresas reveem seus modos de produção e padrões de consumo para atender às demandas da sociedade que, cada vez mais, torna-se consciente em relação aos impactos sociais e ambientais causados pela forma de atuar das organizações na busca insaciável por lucros e resultados.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE

Para Silva (2006), o desenvolvimento sustentável é

o processo político, participativo que integra a sustentabilidade econômica, ambiental, espacial, social e cultural, sejam elas coletivas ou individuais, tendo em vista o alcance e a manutenção da qualidade de vida, seja nos momentos de disponibilização de recursos, seja nos períodos de escassez, tendo como perspectiva a cooperação e a solidariedade entre os povos e as gerações. (p. 132)

Criada em 1983 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que foi presidida por Gro Harlem Brundtland (na época, Primeira Ministra da Noruega), utilizou, pela primeira vez, o termo “desenvolvimento sustentável”, com o objetivo de integrar o desenvolvimento econômico à questão ambiental. A comissão propôs, ainda, novas normas de cooperação internacional que pudessem orientar políticas e ações, de modo a promover as mudanças que eram necessárias (NOSSO FUTURO COMUM, 1991).

Em 1987, a CMMAD elaborou o relatório ‘O Nosso Futuro Comum’ ou ‘Relatório de Brundtland’, atentando para a necessidade de mostrar um novo tipo de desenvolvimento, ca

paz de manter o progresso em todo o planeta, a ser alcançados pelos países em desenvolvimento e desenvolvidos, o que consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável. No relatório, a pobreza aparece como uma das principais causas dos problemas ambientais do mundo e ainda se critica a forma como os países desenvolvidos utilizam seus recursos naturais, que não devem ser copiados pelos países em desenvolvimento, tendo em vista o fato de se esgotarem rapidamente (NOSSO FUTURO COMUM, 1991).

Surge, então, pela primeira vez, no Relatório de Brundtland, a definição mais empregada para desenvolvimento sustentável: “O desenvolvimento que procura satisfazer às necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p 46).

O conceito de desenvolvimento sustentável inclui dois conceitos-chave: o de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; e a noção da “limitação” que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 46).

Portanto, percebemos que é necessária uma ruptura nessa limitação que a tecnologia e a organização social impõem ao meio ambiente, a fim de que o conceito-chave de necessidade seja atendido e permita que o desenvolvimento sustentável atinja seu ápice.

O termo “desenvolvimento sustentável” é amplo. Para alguns, está associado apenas ao desenvolvimento econômico; para outros, está relacionado à questão ambiental. Mas, diante do exposto, percebemos que não é só uma questão econômica ou ambiental, mas também uma necessidade urgente de se repensarem e adotarem práticas conscientes, por meio das quais a humanidade possa satisfazer às suas necessidades e preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais de tal forma que seus atos não resultem em consequências drásticas para o futuro.

O conceito também inclui uma ideia de equilíbrio, que se expressa entre a humanidade e suas atividades de tal forma que tudo o que fizermos reflita de forma consciente no futuro, ou seja, um processo de equilíbrio entre os aspectos econômicos, culturais, ambientais e sociais. Entendemos que um conceito de desenvolvimento sustentável que seja aceito por todos é um desafio, mas cremos que todos concordam que é urgente a necessidade de adotar, em nível mundial, práticas conscientes que atendam aos seus padrões de consumo, respeitando o meio ambiente e a biodiversidade e assegurando a todos as mesmas oportunidades.

2.3 COMPONENTES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo Sachs (2004, p. 29), a sustentabilidade caracteriza-se como “um conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão”. Para compreender bem mais esse conceito, o autor (1993) divide-o em cinco classificações: sustentabilidade ambiental, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade social e sustentabilidade política.

Várias são as classificações usadas para definir melhor o termo sustentabilidade. Adotaremos aqui as três dimensões mais abordadas, também conhecidas como “Os pilares da sustentabilidade” ou *triple bottom line*, conceito criado por John Elkington, em 1995, para analisar a dinâmica da sustentabilidade sobre os três aspectos: ambiental, econômico e social, que se relacionam entre si (ALMEIDA, 2002).

2.3.1 Sustentabilidade ambiental

A dimensão ambiental ou ecológica considera os impactos das atividades das empresas sobre o meio ambiente, ou seja, a forma de utilização dos recursos naturais, incluindo a integração da administração ambiental na rotina de trabalho das empresas (ALMEIDA, 2002). Refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo manter os estoques dos recursos naturais, incorporados às atividades produtivas (SACHS, 1993). Isso significa que a sustentabilidade ambiental objetiva o crescimento econômico, por meio do desenvolvimento das atividades produtivas nas empresas de forma consciente, atreladas à preservação da biodiversidade e à qualidade ambiental. De acordo com as Metas do Desenvolvimento do Milênio (MDM), descritas na Declaração do Milênio das Nações Unidas, 2000, o sétimo objetivo procura garantir ou melhorar a sustentabilidade ambiental, através de quatro aspectos principais, a saber:

- a) Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e nos programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais.
- b) Reduzir, de forma significativa, a perda da biodiversidade.
- c) Reduzir para a metade a proporção de população sem acesso a água potável e a saneamento básico.
- d) Promover, até 2020, uma melhoria significativa em, pelo menos, cem milhões de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza.

2.3.2 Sustentabilidade econômica

A sustentabilidade econômica é possível por meio da alocação e do gerenciamento eficiente dos recursos. É avaliada muito mais com critérios macrossociais do que microempresariais e por fluxos regulares de investimentos públicos e privados (SACHS, 1993, p. 37 e 38).

A dimensão econômica inclui não só a economia formal, mas também as atividades informais como um meio de suprir os serviços para indivíduos e grupos, o que, conseqüentemente, aumenta a variável renda e padrão de vida (ALMEIDA, 2002). Ou seja, a dimensão econômica deve ser um esforço que reúne recursos públicos e privados, visando interligar os conceitos sociais e ambientais, a fim de criar uma gestão mais eficiente dos recursos naturais e garantir que sejam explorados de forma sustentável, para evitar o seu esgotamento no futuro.

Deve ser um esforço visto no aspecto macrossocial, e não, apenas, empresarial, pois seus benefícios extrapolam o ambiente das organizações e atingem toda a esfera social, sem que se meça apenas no âmbito financeiro, mas também no ambiental e social.

2.3.3 Sustentabilidade social

A sustentabilidade social está relacionada às qualidades dos seres humanos, como suas habilidades, dedicação e experiências, e abrange tanto o ambiente interno da empresa quanto o externo (ALMEIDA, 2002).

Para Silva (1995), a sustentabilidade social está baseada num processo de melhoria na qualidade de vida da sociedade, pela redução das discrepâncias entre a opulência e a miséria, por meio de diversos mecanismos, tais como: nivelamento do padrão de renda, acesso a educação, moradia e alimentação, entre outros (necessidades biofisiológicas e de formação intelectual). Essa dimensão abrange as organizações e a sociedade como um todo, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos funcionários e da comunidade, através de práticas gerenciais sustentáveis, que garantam à sociedade investimentos em necessidades básicas como educação, saúde, alimentação e moradia, e reduzam os níveis de pobreza do mundo.

Nesse sentido, foram desenvolvidos dois grandes planos: a Agenda 21 e as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

A Agenda 21 é um programa de ação traduzida num documento de quarenta capítulos, assinado em 1992 por 179 países participantes da Conferência das Nações Unidas sobre o

Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que busca, em nível mundial, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”. Ou seja, é a mais ambiciosa e abrangente tentativa de se criar um novo padrão para o desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica para o Século XXI (www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda21).

As Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM) surgem do documento Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotado por 189 nações, em setembro de 2000, firmando um compromisso para combater a extrema pobreza e outros males da sociedade. Criada com o objetivo de reafirmar diversos acordos realizados em reuniões mundiais, na década de 90, a Declaração se concretizou nos oito objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM), que deverão ser alcançados até 2015, que descrevemos a seguir em sua respectiva ordem. (www.pund.org.br/ODM).

1. Reduzir a pobreza;
2. Atingir o ensino básico universal;
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
4. Reduzir a mortalidade na infância;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

2.4 ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável são um instrumento de orientação política, que tem como meta o desenvolvimento sustentável por meio de diferentes políticas e planos econômicos, sociais e ambientais, adotados em cada país. Sua criação está prevista no capítulo 8 da Agenda 21 global (1992). Seus objetivos devem garantir um desenvolvimento econômico socialmente responsável, ao passo que os recursos naturais e ambientais são preservados para as gerações futuras (www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda21).

Movidos pelas discussões e pelos resultados da CNUMAD de 1992, diversos países

elaboraram suas Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável e, conseqüentemente, reuniram esforços para desenvolver indicadores nacionais, com o objetivo de avaliar o desempenho e a eficácia de suas estratégias. A Inglaterra foi um dos primeiros países a desenvolverem sua própria estratégia nacional e seus indicadores.

Enquanto os países desenvolviam suas estratégias nacionais e seus indicadores, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS-ONU) começou, em 1995, um projeto de criação de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de apoiar o processo de tomada de decisão no âmbito dos países, a fim de que indicadores utilizados nas políticas nacionais também servissem para os relatórios da CDS-ONU, ou seja, uma padronização dos indicadores em nível global (MALHEIROS; PHILIPPI JR; COUTINHO, 2008).

Na prática, as ENDS funcionam como um esforço eficaz para se chegar ao desenvolvimento sustentável reunindo as esferas do governo, da sociedade civil e do setor privado, a fim de integrar as questões econômicas, ambientais e sociais às políticas de cada país e garantir a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais para as gerações futuras.

Como esta pesquisa trata de um estudo bibliográfico e por reconhecer a importância do referencial teórico para o embasamento da análise de resultados, com foco na problemática levantada, verifica-se que o conhecimento científico não provém do zero. Do mesmo modo, raras são as perguntas que não foram levantadas, considerando-se o objetivo pretendido e o tema proposto - Desenvolvimento Sustentável. Dessa forma, é pertinente que, antes de se prosseguir com a pesquisa, procurar interar-se sobre o que está escrito através da revisão bibliográfica. É justamente na pesquisa bibliográfica em que se encontram novos saberes e se respondem aos questionamentos das mais diversas ordens.

3 METODOLOGIA

Para se chegar a uma confirmação da problemática levantada, são os métodos que fornecem meios de alcance do objetivo pretendido. Desse modo, a metodologia deve estar sincronizada com o problema que será investigado.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DO ESTUDO E DO MÉTODO

Para Gil (1996, p 19), pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático, que tem como objetivo dar respostas para os problemas. A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos.

Para subsidiar o presente estudo e sua fundamentação teórica, empregou-se a pesquisa bibliográfica e/ou documental, utilizando como material de estudo pesquisas no site oficial do Banco do Brasil e em sites especializados (instituto ETHOS, ISO: International Organization for Standardization, Ministério do Meio Ambiente, etc.), livros históricos do Banco do Brasil e material de apoio interno.

3.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA OU UNIVERSO E AMOSTRA

O Universo da pesquisa foi o Banco do Brasil e sua estratégia comercial de DRS, em âmbito nacional, com foco na Região Nordeste, destacando algumas das principais estratégias de seus nove estados (amostra).

3.3 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DOS DADOS

Procurou-se buscar informações sobre os resultados da atuação do Banco do Brasil no Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), nas cinco regiões do País e analisar a Região Nordeste, visando destacar seus resultados e metas.

Como instrumento de coleta de dados, foram feitas pesquisas em sites especializados em DRS, na intranet, no ambiente da Universidade Corporativa Banco do Brasil e em apostilas, que foram tratados com a análise do desenvolvimento histórico e comentários.

3.4 ESTRATÉGIA DE TRATAMENTO DOS DADOS

A abordagem de tratamento desta pesquisa ocorreu de forma qualitativa, tendo em vista que as pesquisas qualitativas são também exploratórias, sobre algum tema, objeto ou conceito. Neste estudo, refere-se ao desenvolvimento sustentável. A pesquisa qualitativa faz emergirem aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea (LAKATOS, 2002).

4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

O campo empírico deste estudo foi uma agência do Banco do Brasil, em Patos, na Paraíba.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA OBJETO DE ESTUDO (dados coletados no site www.bb.com.br. Acesso em 09/05/2012.)

A seguir, apresentamos os dados de caracterização da empresa, tomando como referência as informações contidas em seu site oficial.

- Denominação social: Banco do Brasil S.A
- Nome fantasia: Direção Geral



- Logomarca:
- Endereço: SBS, quadra 01, bloco G, S/N, 24º andar, Asa Sul Brasília-
- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica: 00.000.000/0001-91
- Titulares:

Por ser uma sociedade de economia mista, sua titularidade é composta:

Tesouro nacional: 68,7%

Previ: 11,4%

Capital estrangeiro: 6,9%

BNDESPAR: 5%

Pessoas físicas: 4%

Pessoas jurídicas: 3,9%

- Número de colaboradores:

São mais de 110 mil funcionários, dez mil estagiários, cinco mil contratados temporários e 4,8 mil adolescentes trabalhadores.

- Forma jurídica: Sociedade de economia mista
- Produtos e serviços oferecidos:

Produtos e serviços bancários, tais como:

Câmbio e exportação;

Capitalização;
 Crédito (pessoal, consignado, para o agronegócio, para investimento e para pessoa jurídica);
 Captação;
 Cartões de crédito;
 Internet e móbile banking;
 Pagamento a servidores públicos;
 Consórcios, produtos de seguridade, entre outros.

- Área geográfica de atuação:

Atua em todo o território nacional, com 15,1 mil pontos de atendimento em 3,1 mil cidades e 22 países. O Banco do Brasil é hoje a maior instituição financeira do país, que atende a todos os segmentos do mercado financeiro. Tem 15,133 pontos de atendimento distribuídos pelo país - 4.962 agências em 2010, 95% das quais têm sala de autoatendimento (são mais de 40 mil terminais). Atua também no exterior, em países como: Japão, Estados Unidos, Argentina, Portugal, entre outros.

- Missão:

"Ser um banco competitivo e rentável, promover o desenvolvimento sustentável do Brasil e cumprir sua função pública com eficiência."

- Visão de futuro:

"Seremos o primeiro banco dos brasileiros, das empresas e do setor público, referência no exterior, melhor banco para trabalhar, reconhecido pelo desempenho, relacionamentos duradouros e responsabilidade socioambiental".

- Histórico:

Segundo dados apresentados no site oficial do BB, documento Banco do Brasil: 200 anos-1964-2008. Vol.2 2010, o BB foi fundado em 12 de outubro de 1808, por meio de um alvará do príncipe regente D. João, ainda antes de o Brasil se tornar independente. Em 11 de dezembro de 1809, a primeira agência do Banco do Brasil começou a operar no Rio de Janeiro. Com financiamento integral do Banco do Brasil, em 1819, foi construída a sede para a bolsa de valores no Rio de Janeiro. Em 1821, sofre o grande saque efetuado pela família real antes de seu retorno a Portugal. Em 1822, com a independência do Brasil, custeou escolas e hospitais do País que nascia. Em 1833, em forte crise, o banco foi liquidado, porém, no mesmo ano, uma lei reestrutura a economia do império e restabelece o Banco do Brasil que, em 1851, ressurgiu mais forte, pois tinha estreitas relações com o mercado de capitais. Em 1853,

seu capital aumentou consideravelmente, após sua fusão com o Banco Comercial do Rio de Janeiro. No ano seguinte, foi realizado o primeiro concurso público. Em 1893, passou a se chamar Banco da República do Brasil, depois de sua fusão com o banco de outro estado brasileiro, e só em 1906 voltou a se chamar Banco do Brasil. Em 21 de abril de 1960, sua sede foi transferida para Brasília e, em 1969, inaugura uma filial em Nova York. Em 1973, suas ações foram negociadas em bolsas de valores. Em 1985, foi criada a Fundação Banco do Brasil, instituição sem fins lucrativos, que apoia e patrocina diversos eventos sociais, culturais, esportivos, entre outros. Desde então, alfabetizou mais de 140 mil pessoas, investiu em programas de reciclagem, tecnologia social e em outros benefícios. Em 1922, com a criação da Agenda 21 Internacional, em que países do mundo inteiro adotam como meta o desenvolvimento e o uso de alternativas sustentáveis nas áreas ambientais, sociais e econômicas, o Banco do Brasil pôs em evidência sua opção de crescer de forma sustentável e, em 2004, foi a primeira empresa brasileira a desenvolver sua própria Agenda 21, tornando-se numa empresa sinônimo de crescimento sustentável e de responsabilidade socioambiental.

- Recentes conquistas do Banco do Brasil em 2010:
 - Encerrou suas atividades com um lucro líquido de 11,7 bilhões e ativos totais de 811,2 bilhões. Assim, passou a ser líder no mercado financeiro nacional, com 19,8% de participação.
 - Em abril, assinou o contrato para aquisição do controle acionário do Banco da Patagônia e concretizou a operação em outubro do mesmo ano.
 - Em junho, foi concluído o processo de integralização do Banco Nossa Caixa.
 - Obteve o Status de “financial Holding Company”, concedido pelo Federal Reserve Bank- FED dos Estados Unidos, o que permitiu, de forma direta ou por intermédio de suas subsidiárias, exercer atividades bancárias em todo o território norte-americano, em condições de igualdade com os bancos locais.
 - Elevou sua participação nas empresas CIELO e Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS, ao adquirir participação no Banco Santander.
 - Assinou memorando de entendimento com o Bradesco.
 - Reestruturou a área de seguridade, com a formação de aliança com o Grupo Mapfre, aquisição da totalidade das ações da Sul América Companhia Nacional de Seguros na Brasil, veículos e venda da totalidade das ações da BB Seguros na Brasil Saúde para o Sul América Seguro Saúde S.A.

- Análise dos pontos fortes e fracos
 - No que se refere aos fatores administrativos e organizacionais, tal descrição está pautada na intenção de análise organizacional.

Pontos fortes: Destacamos grandes investimentos em: treinamento gerencial dos administradores, estrutura física e aperfeiçoamento de funcionários, através de treinamentos e de programa de seleção e admissão de pessoal.

Pontos fracos: Política de recursos humanos como salários que, ao longo dos anos, vêm se desvalorizando, programa de crescimento profissional que, na teoria, deveria funcionar por meio de trilhas em que o funcionário traçaria o próprio futuro dentro da empresa, mas, na prática, deixa a desejar. Altos investimentos em treinamentos que, comumente, ficam apenas nas teorias e não são colocados em prática.

– No que se refere aos fatores financeiros:

Pontos fortes: Monitoramento e análise do índice de liquidez, atividade, rentabilidade e endividamento, livre acesso ao mercado de crédito.

Pontos fracos: Por ser uma instituição financeira de grande reputação interligada a todo o sistema econômico, está sujeita, assim como as demais, a todos os riscos que envolvem o sistema financeiro. Por se tratar de um banco comercial, são traçadas metas que, em sua maioria, representam apenas números, muitas vezes inatingíveis, e, na busca pelo seu atendimento, acaba-se atropelando outros princípios adotados pelo próprio banco.

– Em relação aos fatores operacionais;

Pontos fortes: Grandes investimentos em pesquisa e desenvolvimento, programas de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, alto grau tecnológico, qualidade dos equipamentos e das máquinas.

Pontos fracos: Falta ou pouco conhecimento de produtos, serviços e processos relativos a funcionários e colaboradores.

– No que diz respeito aos fatores de marketing:

Pontos fortes: Grande divulgação da imagem da empresa perante os consumidores, alto grau de concentração de clientes, forte participação no mercado financeiro, em relação aos produtos e aos serviços oferecidos.

Pontos fracos: Grandes investimentos em campanhas para aumentar a base de cliente, nos últimos anos, acabaram elevando exageradamente o número de clientes e prejudicando a qualidade do atendimento.

4.2 ENTENDIMENTO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO BANCO DO BRASIL

Segundo Kerlinger (1980, p 353), a análise de dados é definida como “categorização, ordenação, manipulação e sumarização de dados”. Assim, dados brutos são agrupados de forma sistemática, visando possibilitar a sua mensuração e interpretação. Foram analisados e

agrupados os resultados e as metas do programa DRS das cinco regiões e, mais detalhadamente, a Região Nordeste, com posição verificada no site oficial do Banco do Brasil em 21/06/2012.

Em nossa análise, verificamos, através de dados coletados no site oficial do BB, que o Desenvolvimento Regional Sustentável no Banco do Brasil é

uma estratégia negocial do Banco do Brasil que busca a geração de trabalho e renda, com soluções sustentáveis, inclusivas e participativas, por meio da adoção de práticas que permitem um salto de qualidade nos indicadores de desenvolvimento socioeconômico e ambiental (BANCO DO BRASIL, 2011).



Figura 1: Conceito DRS
Fonte: BANCO DO BRASIL, 2011.

4.3 BREVE HISTÓRICO DA ATUAÇÃO DO BB EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Segundo dados coletados do livro Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil, Inclusão e Transformação/Brasília (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, p. 14), em meio aos desafios propostos pelo desenvolvimento sustentável do Século XX, empresas de todo o mundo sentiram a necessidade de incluir em sua política estratégias que buscassem, dentro das organizações e fora delas, um desenvolvimento capaz de acompanhar as novas práticas administrativas responsáveis. No Brasil, o governo federal incentivou a criação de programas que contribuíssem para implantar políticas de desenvolvimento econômico e social, em especial, nas regiões de baixo IDH, o que mobilizou a sociedade civil, empresas públicas e privadas, inclusive, bancos federais.

No Banco do Brasil, não foi diferente, porquanto se integrou nessa mobilização e assumiu o compromisso de aprofundar sua postura de responsabilidade socioambiental. Em 2003, com base em sugestões colhidas no IV Fórum de Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental, lançou a Agenda 21, compreendendo as condições internas do Banco para a Estratégia Negocial de Desenvolvimento Regional Sustentável - DRS, com base nas premissas: inclusão social, geração de trabalho e renda, inclusão bancária e fidelização da base de clientes, com o objetivo de desenvolver soluções que beneficiassem regiões e municípios considerados com pouco dinamismo econômico, levando-se em conta as questões ambientais, sociais e culturais, e atingir ao máximo os mais diversos interesses dos públicos envolvidos (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, p. 16).

No mesmo ano, o Conselho Diretor do Banco aprovou a criação da Estratégia Negocial e do Grupo de Trabalho DRS, inicialmente nas Regiões Norte, Nordeste e no Vale do Jequitinhonha, com os menores IDH do país. Em 2004, foi aprovado o primeiro plano DRS de ovinocaprinocultura em Chapadinha (MA) e, no mesmo ano, a estratégia já contava com 120 planos de negócios implementados e 428 agências capacitadas para atuar com DRS, com 16,8 mil beneficiários (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, p. 31).

Nos anos seguintes, o Banco do Brasil intensificou as ações do programa: lançou, nacionalmente, a estratégia DRS, criou estruturas nas superintendências estaduais, treinou e disponibilizou funcionários para conduzir e acompanhar os planos de negócios desenvolvidos e, assim, expandir e consolidar a estratégia para as demais regiões do país.

Finalmente, em 2010, foram efetivados ajustes para simplificar os processos e criados novos instrumentos para a melhoria da gestão de negócios. O Banco encerrou seu exercício com mais de 3.820 planos de negócios implementados, 4.176 agências capacitadas para atuar, mais de 3.918 municípios atendidos e 1.167.997 pessoas beneficiadas com o programa (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, p. 49). Notadamente, a estratégia DRS vem evoluindo ao longo dos anos. Percebemos que, cada vez mais, o Banco do Brasil investe em desenvolvimento regional sustentável, através do seu programa DRS que, antes, era apenas um plano, mas hoje é uma estratégia que vem mostrando resultados.

4.4 ATUAÇÃO DO BANCO DO BRASIL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Segundo o site oficial do BB, sua atuação acontece por meio de apoio às regiões onde atua, visando identificar atividades economicamente viáveis, socialmente justas e

ambientalmente corretas, de forma a valorizar a cultura local. O DRS apoia o desenvolvimento de atividades nas áreas rurais e urbanas (agronegócio, serviço, indústria e comércio).



Figura 2: Atuação do Banco do Brasil
Fonte: BANCO DO BRASIL, 2012.

Ainda segundo o referido site, a metodologia de atuação do Banco do Brasil consiste em capacitar funcionários e parceiros do banco e, através de um diagnóstico, criar uma estrutura para a cadeia de valor das atividades, com o fim de elaborar o Plano de Negócios DRS, que irá prever os objetivos e as metas das ações.

Esquemáticamente, a metodologia se divide nas seguintes fases:



Figura 3: Metodologia de atuação
Fonte: BANCO DO BRASIL, 2012.

4.4.1 Público-alvo

O público-alvo do Programa são pessoas físicas e jurídicas que estejam envolvidas em alguma atividade produtiva, em qualquer nível de organização.

4.4.2 Objetivos do programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do BB

Otimizar a participação do Banco em soluções que visam impulsionar o desenvolvimento sustentável do país, de forma orquestrada, com diversos parceiros, e considerando as diferentes potencialidades regionais;

Estruturar cadeias produtivas, com visão de cadeia de valor, apoiando a formação de redes de colaboração e fortalecendo o associativismo e o cooperativismo, o capital humano, produtivo e social, e disseminando a cultura empreendedora;

Promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho, melhoria de renda e inserção das pessoas no mercado de trabalho;

Democratizar o acesso ao crédito, fortalecer atividades produtivas rurais, notadamente a agricultura familiar, e fortalecer atividades produtivas urbanas.

4.4.3 Premissas

São elementos básicos da estratégia considerados em todo o processo.

4.4.4 Visão

A visão se classifica em:

- a) Participativa: está relacionada à participação dos parceiros internos e externos e dos agentes das atividades produtivas;
- b) Negocial: os parceiros e os agentes da atividade buscam atender às metas audaciosas e realistas, com o objetivo de gerar negócios produtivos e agregar valor;
- c) Territorial: tem o objetivo de facilitar a governança territorial e o fortalecimento do capital humano, potencializando a defesa pelos interesses coletivos;

- d) Ecológica: desenvolvimento de ações de conservação, preservação ou recuperação ambiental.

4.4.5 Concertação

Segundo dados retirados do site oficial do BB, a concertação é uma ação integrada, que promove a articulação de todos os parceiros e beneficiários, de forma a atuarem em prol do desenvolvimento regional do território, ou seja, um acordo entre as partes envolvidas, em que todos contribuem para o desenvolvimento de determinada Região e promovem a geração de renda dos beneficiários diretos.

4.4.6 Cadeia de valor

A interação gerada na concertação, agora, cria uma relação de entrega e recebimento com valor agregado a produtos e serviços. Contempla desde a matéria-prima até o produto final, como forma de aumentar o grau de competitividade produtiva.

Assim sendo, a cadeia de valor corresponde a uma sequência que se inicia, ainda, na matéria-prima, em que o produto ou serviço irá passar por uma série de etapas e aperfeiçoado a cada uma delas, ou seja, o bem, que antes era comercializado ainda na forma bruta, agora passa por um processo que atribuirá ao produto acabado mais valor agregado, e conseqüentemente, mais competitividade.

4.5 METODOLOGIA DO PROGRAMA

Parte do princípio participativo e construtivista de que todos os parceiros e envolvidos participam do planejamento, da coordenação e do acompanhamento do processo.

A metodologia classifica-se em:

- a) Módulo de preparação: é o começo do processo, quando são discutidos todos os pontos e as fases. Nessa etapa, procura-se dividir o território de forma a potencializar as atividades e conhecer melhor as culturas locais. Aí são definidas as etapas de escolha da atividade produtiva e a formação da equipe gestora.

- b) Módulo de estruturação: esse módulo é composto das etapas: diagnóstico DRS (em que são levantadas informações que completam o processo), plano de negócios (em que são descritos o cenário, os objetivos, o orçamento, as projeções, os beneficiários e as ações que serão realizadas) e etapa da análise de pareceres (os planos são analisados sob o ponto de vista financeiro e técnico).
- c) Módulo de gestão: esse módulo é dividido em duas etapas:
- Etapa de implementação do Plano do Negócio-PN DRS: aqui o plano de negócios é realmente implantado, sob o ponto de vista de materialização do que já havia sido planejado, e a equipe gestora irá organizar a realização dos trabalhos;
 - Etapa de monitoramento do PN DRS: o plano já implementado passa a ser monitorado, tomando como base as metas estabelecidas. Nessa etapa, avalia-se se o projeto está alcançando os objetivos traçados.

4.6 RESULTADOS DA ESTRATÉGIA DRS

Com base no site oficial do Banco do Brasil, apresentamos os resultados da estratégia DRS, nas cinco regiões do país, com foco detalhado na Região Nordeste, destacando algumas das principais estratégias de cada estado.

4.6.1 Região Norte

Segundo dados extraídos do site oficial do Banco do Brasil, atualmente, a Região Norte tem um total de 299 planos de negócios em implementação, que envolvem 110.833 beneficiários DRS nos 256 municípios atendidos.

Nessa região, há 254 agências que são habilitadas a trabalhar com DRS, com 1.021 funcionários treinados para atuarem com a estratégia naquela localidade. Apesar de ser uma região geograficamente tão grande, é de se esperar que enfrente certa dificuldade para implementar as ações DRS, tendo em vista a dificuldade de deslocamento em algumas localidades. Entretanto, não fica atrás das demais regiões do país em números. Aqui são exploradas atividades como: cultivo da mandioca, bovinocultura de leite e extração de castanha do Brasil, atividades econômicas bastante exploradas na região.

Quadro 1: Resultados na Região Norte

UF	PLANOS DE NEGÓCIOS DRS EM IMPLEMENTAÇÃO	BENEFICIÁRIOS DRS	PERCENTUAL DE AÇÕES CONCLUÍDAS
Acre- AC	33	6.713	73,92%
Amazonas- AM	55	22.868	57,19%
Amapá- AP	08	2.462	49,72%
Pará- PA	95	43.010	88,12%
Rondônia- RO	43	19.824	64,02%
Roraima- RR	15	2.146	71,20%
Tocantins- TO	50	13.810	67,60%

Fonte: BANCO DO BRASIL, 2012.

O que nos chama a atenção é que, de acordo com o quadro acima, a Região Norte tem 299 planos de negócio em implementação, ou seja, já implantados, no entanto, 69,31% das ações de materialização e realização dos trabalhos é que estão realmente concluídas, o que significa dizer que nem todos os planos estão com suas ações acabadas. Nesse contexto, destaca-se o estado do Pará que, além de ter um número maior de planos, tem um percentual maior de ações concluídas, não só quando comparamos com os estados da região, mas também em relação aos demais estados do país. Já o Amapá, estado que tem apenas oito planos, está com menos de 50% de suas ações concluídas - o menor percentual da região - o que nos leva a crer que, nesse estado, o número de planos de negócios implementados está inversamente relacionado ao percentual de atendimento das ações, ou seja, quanto maior o número de planos, menor o percentual de ações concluídas.

4.6.2 Região Centro-oeste

É uma região geograficamente pequena, composta por apenas quatro estados que, juntos, totalizam 340 planos de negócios em implementação nos 379 municípios atendidos pelo DRS, que beneficiam 121.071 pessoas, segundo dados extraídos do site oficial do BB.

Na Região Centro-oeste, também são apoiadas atividades de bovinocultura de leite, fabricação de produtos de mandioca e cultivo de hortaliças. Comparando com as demais regiões, destaca-se na apresentação dos números e dos resultados.

Quadro 2: Resultados na Região Centro-oeste

UF	PLANO DE NEGÓCIOS DRS EM IMPLEMENTAÇÃO	BENEFICIÁRIOS DRS	PERCENTUAL DE AÇÕES CONCLUÍDAS
Distrito Federal-DF	39	12.748	50,60%
Goiás-GO	140	41.358	57,15%
Mato Grosso do Sul-MS	65	33.317	43,24%
Mato Gross- MT	96	33.648	64,88%

Fonte: BANCO DO BRASIL, 2012.

Destacamos, aqui, o estado de Goiás, que tem o maior número de planos da região e a maior quantidade de beneficiários, no entanto difere da região anterior, por não ter o maior percentual de atendimento das ações, ficando atrás do estado do Mato Grosso, o maior da Região, cujo percentual é de 64,88% das ações concluídas.

Outra unidade federativa que merece destaque é o Distrito Federal, pois, apesar de ser geograficamente a menor da região, tem pouco mais de 12.000 beneficiários e concluiu mais da metade do percentual de suas ações, ficando à frente do Mato Grosso do Sul, com 43% atingido. Nesse caso, podemos concluir que o número de planos DRS em implementação, nessa região, está diretamente ligado ao número de beneficiários, pois, quanto maior a quantidade de planos, maior é o número de pessoas beneficiadas com a estratégia.

4.6.3 Região Sul

Essa Região tem um número maior de municípios atendidos em relação às anteriores. São 905 municípios, com 735 planos de negócios DRS em implementação, que beneficiam 283.370 pessoas. Nessa região, existem 786 dependências habilitadas e 3.043 funcionários treinados, de acordo com o site oficial do Banco do Brasil.

Quadro 3: Resultado na Região Sul

UF	PLANOS DE NEGÓCIOS DRS EM IMPLEMENTAÇÃO	BENEFICIÁRIOS DRS	PERCENTUAL DE AÇÕES CONCLUÍDAS
Paraná- PR	298	116.720	52,34%
Santa Catarina- SC	175	42.152	42,72%

Fonte: BANCO DO BRASIL, 2012.

Chamamos a atenção para o fato de que essa região é a que tem o menor número de estados de toda a unidade federativa, apenas três, no entanto, destacamos uma grande quantidade de pessoas atendidas pela estratégia e o grande número de planos DRS implementados, pois são bem maiores quando comparamos com as regiões já citadas. Porém, detém o menor percentual de ações concluídas, 50,38%, o que nos leva a questionar a verdadeira eficácia das ações DRS nessa região, onde os números são tão expressivos, mas as ações revelam alguma dificuldade no desenvolvimento das atividades em relação às demais regiões.

4.6.4 Região Sudeste

Essa região se destaca por ser a mais desenvolvida economicamente, talvez, por isso, apresente resultados tão expressivos. Conta com 1.285 planos de negócios DRS em implementação, que beneficiam mais de 458 mil pessoas, em seus 1.190 municípios atendidos pela estratégia.

Quadro 4: Resultados na Região Sudeste

UF	PLANOS DE NEGÓCIOS DRS EM IMPLEMENTAÇÃO	BENEFICIÁRIOS DRS	PERCENTUAL DE AÇÕES CONCLUÍDAS
Espírito Santo - ES	43	40.491	42,44%
Minas Gerais- MG	377	179.349	48,16%
Rio de Janeiro- RJ	182	49.797	63,48%
São Paulo - SP	683	188.821	50,02%

Fonte: BANCO DO BRASIL, 2012.

Convém enfatizar que o estado de São Paulo detém uma quantidade bem maior de planos DRS implementados, se compararmos com a soma dos planos dos demais estados da região. No entanto, conseguiu concluir pouco mais da metade de suas ações, logo, o Rio de Janeiro, com 182 planos, concluiu cerca de 63% das ações.

Outro fato que merece destaque é a quantidade de beneficiários em relação ao número de planos implementados. Mais uma vez, citamos o estado de São Paulo, com 683 planos DRS implantados e 188.821 beneficiários; já o estado de Minas Gerais, com pouco mais da metade dos planos de São Paulo, conseguiu atingir um número semelhante de beneficiários,

179.349. Chamar atenção, também, para o estado do Espírito Santo que, com apenas 43 planos de negócios implementados, atingiu 40.491 beneficiários, ou seja, quase o mesmo valor que o estado do Rio de Janeiro, com 188 planos.

Toda a Região Sudeste conseguiu concluir 50,70% das ações propostas, um número um pouco tímido, se comparado com as demais regiões do país, por ser uma região economicamente mais desenvolvida.

4.6.5 Região Nordeste

A Região Nordeste apresenta os maiores números da estratégia de negócios em relação às demais, talvez por ser pioneira na implantação do programa. Nela vamos detalhar cada estado e as atividades exploradas pelo DRS na Região que merecem destaque.

O Nordeste tem 1.396 municípios atendidos pelo programa, a maior quantidade por região - ao todo, são 494.878 beneficiários nos 1.470 planos em implementação. Estão habilitadas a trabalhar com o DRS, na região, 1.118 dependências, com mais de 4.190 funcionários treinados para atuarem na estratégia.

Quadro 5: Resultados na Região Nordeste

UF	PLANOS DE NEGÓCIOS DRS EM IMPLEMENTAÇÃO	BENEFICIÁRIOS DRS	PERCENTUAL DE AÇÕES CONCLUÍDAS
Alagoas - AL	109	27.721	49,69%
Bahia-BA	323	110.282	53,47%
Ceará - CE	237	100.207	70,99%
Maranhão - MA	140	53.130	58,84%
Paraíba - PB	170	40.	78,22%
		233	
Pernambuco-PE	182	57.409	79,22%
Piauí- PI	92	29.032	74,01%
Rio Grande do Norte - RN	115	47.245	64,25%
Sergipe - SE	102	33.619	58,51%

Fonte: BANCO DO BRASIL, 2012.

Interessante registrar que a Região Nordeste tem o maior número de planos DRS implementados em relação às demais regiões e ainda conseguiu concluir 65,39% de suas ações, ou seja, apesar de ter o maior número de planos implantados, conseguiu atender a um

percentual bem significativo de atividades concluídas, se compararmos com as demais regiões do país.

Destacamos, ainda, o estado de Pernambuco, que conseguiu concluir quase 80% das ações, o maior percentual de toda a região. Já a Bahia beneficiou a maior quantidade de pessoas em relação aos demais estados - foram mais de 110.000 pessoas beneficiadas, no entanto, o Ceará não ficou atrás, conseguiu atender a mais de 100.000 beneficiários e teve quase 71% das ações concluídas. O estado de Alagoas foi o que apresentou o menor número de beneficiários, apenas 27.721, para 109 planos DRS, e o estado do Piauí, a menor quantidade de planos implantados.

Antes de passarmos para o próximo tópico, chamamos a atenção para os resultados numéricos das Regiões Norte e Nordeste, que se destacaram em relação às demais. A Região Norte concluiu o maior percentual de ações de todo o país, 69,3% (Quadro 01), o que significa dizer que se destaca por ter concluído quase 70% das ações que culminarão para a completa implantação dos planos DRS. Já o Nordeste alcançou os maiores resultados, pois implementou a maior quantidade de planos, 1.470 (Quadro 05), beneficiou o maior número de pessoas, 494.878 (Quadro 05) e alcançou o segundo lugar em percentual de ações concluídas, ou seja, a Região Nordeste se sobressai por apresentar os maiores resultados numéricos da estratégia DRS em todo o país.

A seguir, descreveremos os resultados de algumas das principais atividades desenvolvidas pela metodologia DRS em cada um dos nove estados da Região Nordeste.

4.6.5.1 Resultados em Alagoas

O estado de Alagoas tem 88 municípios abrangidos pelo programa - são 27.721 beneficiários e 109 planos de negócio em implementação. As 70 agências habilitadas no estado contam com 212 funcionários treinados em DRS, segundo dados retirados do site oficial do BB.

Caso de sucesso no estado: Maceió

A atividade apoiada pelo DRS, na região, é o artesanato, representado pela tradicional renda filé, desenvolvida pelas mulheres dos pescadores, as quais, através do traçado da rede com linha de algodão e agulha feita de babaçu, produzem peças como: caminhos de mesa, panos de bandeja, toalhas, colchas, saídas de praia, chapéus, xales e blusas coloridas (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, p. 86).

A estratégia de apoio do DRS às mulheres dos pescadores iniciou-se em 2007, quando elas passaram a receber treinamentos, com foco na qualificação e no *design*, como forma de agregar valor ao produto. Hoje, o número de associadas passou de 383 para 440 artesãs, houve inclusão bancária, acesso ao microcrédito e afiliação dos lojistas à modalidade de pagamento por cartão de crédito (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, p. 87).

Chamamos a atenção para os resultados apresentados pela estratégia DRS em Alagoas que, apesar de ser o estado que atendeu a menos beneficiários em relação aos demais, concluiu menos de 50% de suas ações (Quadro 05). No entanto, destacamos os resultados da metodologia na cidade de Maceió, pois o apoio à atividade do artesanato desenvolvido pelas mulheres de pescadores gerou melhoria na qualidade de vida das associadas e motivação no comércio da região.

Através desse exemplo, podemos perceber a verdadeira eficácia da estratégia DRS do Banco do Brasil, que, por meio do apoio de uma atividade, consegue beneficiar e melhorar a qualidade de vida não só das artesãs envolvidas, mas também de toda a comunidade.

4.6.5.2 Resultados na Bahia

Segundo dados retirados do site oficial do Banco do Brasil, no estado da Bahia, 285 municípios são beneficiados pela estratégia DRS – são 110.282 pessoas, 117 planos de negócios em elaboração e 323 em implementação. As 333 agências habilitadas no estado têm 1.272 funcionários treinados em DRS.

Caso de sucesso no estado: Ituberá

Localizado no sul da Bahia, tem como principal atividade o cultivo de palmito de pupunha. Cerca de 420 agricultores e familiares em cooperativas participam da atividade. Com a estratégia DRS, o Banco do Brasil atua na organização social, na orientação técnica e financeira dos agricultores e na elaboração de projetos de financiamento agrícola para cooperados. Já foram aplicados cerca de 3,7 milhões no financiamento da atividade. Com incentivo, a produção aumentou de 700 kg/ha para 1.500 kg/ha. Foram promovidos cursos de capacitação e instalação de duas escolas na região, uma de ensino fundamental e outra de nível técnico (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, p. 89). (Quadro 05). Os produtos são comercializados nacionalmente e exportados para a França e os Estados Unidos (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, p.90). O estado se destaca por apresentar os maiores resultados da região: são 285 municípios, que contemplam 323 planos DRS

implantados e beneficiam mais de 110 mil pessoas. Ressaltamos, ainda, a quantidade de agências habilitadas a trabalhar com DRS - mais de 300 – e o número de funcionários treinados - cerca de 1.200. Esses são os maiores resultados de todo o estado.

Ressaltamos os resultados da estratégia na cidade de Ituberá, pois, com a implantação da metodologia DRS, duas escolas foram instaladas na região, houve preservação dos recursos naturais, com o tratamento adequado do resíduo do palmito, e melhoria nas condições socioeconômica dos produtores e de suas famílias, o que confirma o compromisso da estratégia DRS do Banco do Brasil não só com o meio ambiente, mas também com toda a sociedade.

4.6.5.3 Resultados no Ceará

O estado do Ceará tem 162 municípios atendidos pela estratégia DRS, que contempla 100.107 beneficiários, 17 planos de negócios em elaboração e 237 em implementação. As 176 agências habilitadas no estado têm 566 funcionários treinados em DRS. Esses dados foram retirados do site do Banco do Brasil.

Caso de sucesso no estado: Orós

Localizada na bacia do rio Jaguaribe, a cidade de Orós tem esse nome por causa do açude. Como atividade de sobrevivência, os pescadores da região desenvolveram a criação de tilápia. Com o apoio do DRS do Banco do Brasil, os peixes são criados em tanques-rede, em gaiolas submersas, e são alimentados com ração de alta qualidade, o que reduz os custos e aumenta a produtividade. As tilápias são beneficiadas e transformadas em: linguças, bolinhos, filés e buchadas. Os subprodutos são vendidos a indústrias de sabão (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, pp. 93 e 94).

A associação de pescadores desenvolveu a marca própria, e hoje, a criação de tilápia gera trabalho e renda para 230 piscicultores, com uma produção mensal de 120 toneladas de peixes por mês (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, p. 95).

Enfatizamos aqui os resultados do estado do Ceará, que são bastante expressivos, no que se refere aos números, pois só perde para o estado da Bahia. Esse estado tem a segunda maior quantidade de planos de negócios executados - 237 – e o segundo maior número de pessoas beneficiadas com a estratégia - 100.107. No entanto, ainda se sobressai em relação à Bahia, por ter concluído um percentual maior de ações DRS, quase 71% (Quadro 05), contra pouco mais de 53% (Quadro 05), atingidos por aquele, ou seja, a estratégia no Ceará parece

se destacar um pouco mais no que diz respeito aos resultados em relação ao estado da Bahia.

Enfatizamos os resultados da estratégia DRS da cidade de Orós, onde a metodologia conseguiu, através do beneficiamento da tilápia, agregar valor à atividade, aumentar o poder aquisitivo e melhorar a qualidade de vida das famílias ribeirinhas que, até então, sofriam com as variações climáticas da região e, nas épocas de escassez das chuvas, não tinham de onde tirar o seu sustento.

Podemos inferir, com esses resultados, que a estratégia DRS do Banco do Brasil busca alavancar atividades já praticadas na região que, até então, não possuíam recursos para o seu desenvolvimento, valorizando as culturas locais e permitindo às famílias inteiras um meio de sobrevivência.

4.6.5.4 Resultados no Maranhão

De acordo com dados retirados do site oficial do Banco do Brasil, nesse estado, 153 municípios são atendidos pela estratégia DRS, contemplando 53.130 beneficiários, 13 planos de negócios em elaboração e 140 em implementação. As 97 agências habilitadas dispõem de 336 funcionários treinados em DRS.

Caso de sucesso no estado: Itapecuru-Mirim

A cidade de Itapecuru-Mirim é considerada polo do desenvolvimento regional do norte. No Maranhão, uma das suas principais atividades é o extrativismo. Com a chegada do DRS na região, as mulheres quebradeiras de coco babaçu passaram a desenvolver técnicas de aproveitamento dos componentes do babaçu, como: amêndoa, mesocarpo, óleo de coco e sua casca. O aprimoramento se deu por meio de treinamentos realizados por parceiros, diversificando a produção; o óleo virou sabonete, os resíduos passaram a ser utilizados como ração para animais, e a palha passou a ser utilizada como matéria-prima para a produção de chapéus e bolsas (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, p. 97 e 98). Foram instalados um telecentro e uma panificadora comunitária para a fabricação de pães, biscoitos e bolos. A atividade gerou inclusão social, resgate da cidadania e aumentou a renda de 2.300 mulheres (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, p. 99). É importante ressaltar o número de beneficiários - 53.130.

O Maranhão tem 140 planos implantados, se compararmos com o estado seguinte, a Paraíba, com 170 planos executados, e beneficiou 40.233 pessoas. Podemos perceber que o estado do Maranhão, nesse ponto, sobressai-se sobre a Paraíba, ou seja, esperava-se que quem

tem uma maior quantidade de planos também apresentasse um maior resultado em beneficiários, o que não é o nosso caso.

Ressaltamos os resultados positivos da estratégia DRS da cidade de Itapecuru-Mirim, que beneficiou não só as famílias envolvidas por meio da inclusão social, resgate da cidadania, promoção de valores culturais e melhor qualidade de vida, como também a toda a comunidade, com melhoria na infraestrutura, com a instalação da panificadora e do telecentro. Assim, constatamos, por meio dos resultados aqui apresentados, que a estratégia DRS se preocupa não só com os envolvidos no processo, mas também com toda a comunidade onde a atividade está sendo desenvolvida.

4.6.5.5 Resultados na Paraíba

Segundo dados retirados do site oficial do Banco do Brasil, na Paraíba, 199 municípios são atendidos pela estratégia DRS - 40.233 beneficiários, um plano de negócios em elaboração e 170 em implementação. As 91 agências habilitadas no estado dispõem de 323 funcionários treinados em DRS.

Caso de sucesso no estado: Monteiro

Localizada no cariri paraibano, a região de Monteiro é conhecida pela prática da caprinocultura de leite, que conta com cerca de 80 mil animais e dois mil estabelecimentos estruturados para a produção de leite de cabra. Com a chegada da estratégia DRS, em 2005, foram desenvolvidas ações de aumento do volume de operações de crédito para a aquisição de animais, capacitação, fortalecimento das cooperativas, aquisição de equipamentos e geladeiras para escolas da zona rural. A fundação Banco do Brasil forneceu uma unidade móvel para inseminação artificial e um veículo refrigerado para transporte do leite de cabra (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, p. 101 e 102).

Em 2010, a produção atingiu 700 mil litros de leite, por mês; envolveu 834 caprinocultores vinculados às associações locais e beneficiou três mil produtores nos 32 municípios do cariri. Isso gerou impactos sociais positivos, como: diminuição da desnutrição e da mortalidade infantil na região (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, p. 103).

O estado da Paraíba nos chama a atenção para o percentual de ações DRS concluídas, 78,22% (Quadro 05). Foi o segundo maior resultado da Região Nordeste, apesar de ter beneficiado um número menor de pessoas em relação ao Maranhão. Em nossa comparação anterior, o estado da Paraíba prova que, em relação ao percentual de ações

concluídas, destaca-se sobre aquele. Ou seja, está com 20% a mais das ações DRS concluídas em relação ao estado do Maranhão.

Queremos destacar aqui os resultados da estratégia DRS na cidade de Monteiro, pois, através do fortalecimento de uma atividade produtiva local, aumentou a renda dos produtores e melhorou a qualidade de vida da população, com a diminuição da desnutrição e da mortalidade infantil. Essa é, pois, uma verdadeira prova de eficácia da metodologia DRS, que não beneficia apenas as pessoas envolvidas no processo, mas também toda a comunidade local, reafirmando o compromisso do Banco do Brasil com a responsabilidade socioambiental.

4.6.5.6 Resultados no estado do Pernambuco

Em Pernambuco, 143 municípios são atendidos pela estratégia DRS - são 53.409 beneficiários, oito planos de negócios em elaboração e 182 em implementação. As 168 agências habilitadas no estado têm 788 funcionários treinados em DRS (dados retirados do site oficial do Banco do Brasil).

Caso de sucesso no estado: São Vicente Férrer

Mais conhecida como a terra da banana, a cidade de São Vicente Férrer está localizada a 130 km de Recife. Nessa região, o DRS apoia a atividade de artesanato com fibra de bananeira. O trabalho é feito por mulheres, que utilizam a fibra da bananeira como matéria-prima para a fabricação de almofadas, bolsas, carteiras, passadeiras de mesa, tapetes, flores, chapéus, colares e materiais de escritório (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, p. 105).

Por meio da estratégia DRS, foi possível fortalecer a cooperativa das produtoras, divulgar mais a marca e ter acesso ao microcrédito DRS do BB. Ao mesmo tempo, a Fundação Banco do Brasil viabilizou a construção da sede da Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável de São Vicente Férrer, com espaço para a produção coletiva e o funcionamento da central de vendas. Houve um incremento de 80% na renda mensal das 120 produtoras, e a comercialização foi ampliada com exposição dos produtos em feiras e eventos (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, p. 106 e 107). No estado do Pernambuco, o percentual das ações DRS concluídas, 79,22% (Quadro 05), é o maior de toda a NE, ou seja, o estado foi o que mais evoluiu na conclusão de suas ações, com quase 80% do total das ações finalizadas, o que eleva o número de planos DRS já implantados.

O caso de São Vicente Férrer nos chama a atenção para o incremento na renda das produtoras, em torno de 80%. Isso significa dizer que o artesanato, que antes era apenas um incremento de renda das artesãs, agora passa a ser sua atividade econômica principal, o que contribui para promover melhor qualidade de vida para as produtoras e suas famílias, reafirmando o apoio do DRS do Banco do Brasil às culturas tradicionais das regiões onde se instala.

4.6.5.7 Resultados no Piauí

Esse estado tem 163 municípios atendidos pela estratégia DRS - 29.032 beneficiários, um plano de negócios em elaboração e 92 em implementação. As 63 agências habilitadas no estado dispõem de 226 funcionários treinados em DRS (SITE OFICIAL DO BB).

Caso de sucesso no estado: Teresina

Uma das atividades principais de Teresina é o artesanato cerâmico. Os artesãos utilizavam técnicas muito rudes que aprendiam e passavam de pais para filhos. Suas casas eram utilizadas como oficinas e não havia separação do local de trabalho, da moradia e da comercialização dos produtos. Eram fabricados filtros de água, jarros, peças decorativas e a arte santeira. Em 2005, com a implantação do DRS do Banco do Brasil, foi incentivada a criação de associações e de cooperativas, construção de oficinas, capacitação técnica, aquisição de máquinas e equipamentos, aquisição de casa própria e construção do polo cerâmico. Assim, foi definido o espaço para habitação, trabalho e comercialização. Através de outras parcerias com órgãos de proteção ambiental, passou-se a extrair a matéria-prima em conformidade com a legislação (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, p. 109 e 110).

O transporte dos produtos é feito em caminhão-baú próprio, adquirido com investimento social da Fundação Banco do Brasil. Os ceramistas contam com forno industrial elétrico, acesso a cursos de informática e à internet, por meio do programa Estação Digital da Fundação Banco do Brasil (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, p. 111).

O estado do Piauí destaca-se por apresentar a menor quantidade de planos DRS de toda a Região Nordeste, no entanto, tem o terceiro maior percentual de ações DRS concluídas, ou seja, apesar de ter implementado o menor número de planos, conseguiu finalizar quase 74% (Quadro 05) das ações necessárias para completar a implantação dos planos. No caso de Teresina, chamamos a atenção para a preocupação da estratégia DRS com o meio ambiente,

pois, a atividade apoiada em parceria com um órgão de proteção ambiental passou a extrair a matéria-prima - a cerâmica - de forma mais responsável e em conformidade com a legislação vigente, objetivando a proteção ambiental, o que confirma a preocupação do Banco do Brasil, por meio da metodologia DRS, com o meio ambiente.

4.6.5.8 Resultados no Rio Grande do Norte

Nesse estado, existem 136 municípios atendidos pela estratégia DRS - 47.245 pessoas atendidas, cinco planos de negócios em elaboração e 115 em implementação. As 73 agências habilitadas dispõem de 279 funcionários treinados em DRS (Dados do site oficial do BB).

Caso de sucesso no estado: Assu

Na cidade de Assu, a atividade apoiada pela estratégia DRS é o beneficiamento da castanha do caju, que, depois de ser cozida e descascada, dá origem a uma amêndoa rica em valor nutritivo. A atividade começou a ser desenvolvidos por 56 famílias do Assentamento Novo Pingos, na zona rural do município de Assu, que vendiam a castanha do caju às empresas por valores bem abaixo do mercado (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, p. 112).

Em 2006, com a chegada da estratégia DRS, em parceria com entidades privadas e públicas, foram promovidos treinamentos em manejo produtivo e beneficiamento da produção com foco na comercialização. Com a parceria do Banco do Brasil, a cooperativa foi contemplada com a construção de uma minifábrica de castanha de caju, ampliando a produção de amêndoas que, antes, era de 600 kg/mês para 4.000 kg/mês. Os incentivos proporcionaram aumento da produtividade, agregando valor ao produto, vendas coletivas, criação de marca e embalagens, além de incremento de renda aos beneficiários (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, p. 114). Ressaltamos a quantidade de planos DRS implementados - 115 - em relação ao número de beneficiários, que é de 47.245 pessoas. Comparando esses números com os resultados do estado de Alagoas, cuja quantidade de planos implementados é bastante semelhante - 109 – mas que beneficiou 27.721 pessoas, concluímos que o estado do Rio Grande do Norte não fica muito atrás em números em relação aos demais estados do Nordeste, visto que, com um número de planos bem semelhantes, conseguiu beneficiar mais (Quadro 05) a mais de ações concluídas.

Queremos enfatizar, ainda, que a estratégia DRS, no estado do Rio Grande do Norte, não se resume aos números. Os resultados da metodologia na cidade de Assu, por exemplo,

merecem destaque, pois, através do beneficiamento da castanha, a estratégia agregou valor à atividade e aumentou a produção em quase 700% e, conseqüentemente, a renda das famílias envolvidas, que antes não conseguiam obter o sustento da atividade, consolidando o compromisso da estratégia DRS com a responsabilidade social, que também objetiva promover uma vida melhor para os beneficiários envolvidos no processo.

4.6.5.9 Resultados em Sergipe

O estado de Sergipe, conforme dados retirados do site oficial do Banco do Brasil, tem 67 municípios atendidos pela estratégia DRS - 33.619 beneficiários, quatro planos de negócios em elaboração e 102 em implementação. As 47 agências habilitadas no estado conta com 188 funcionários treinados em DRS.

Caso de sucesso no estado: Campo do Brito

Em Campo do Brito, a estratégia apoiada pelo DRS é o cultivo da mandioca. Com a implementação do plano, em 2006, os produtores foram capacitados para incrementar a produção e reduzir os danos ambientais, por meio da utilização de grelhas nos fornos, com resultados de redução de 50% da queima de lenha nas casas de farinha. Também foi incentivada a criação de uma cooperativa, que motivou e prestou apoio técnico para cultivo, beneficiamento, armazenagem, transporte e comercialização do produto (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, p. 117)

Outro fato relevante foi o desenvolvimento de técnicas para aproveitamento da manipueira, resíduo tóxico da prensagem da mandioca, antes jogado no próprio terreno e que causava dano ambiental. Atualmente, por meio da técnica de decantação, o líquido pode ser utilizado como ração animal. Com todo esse investimento, a produção de farinha de mandioca aumentou em 70% e possibilitou a comercialização do produto final já acabado nas redes de supermercado da região (EDITORA INSTITUTO COOPEFORTE, 2011, p. 119).

O estado de Sergipe beneficiou 33.619 pessoas, em relação ao número de planos implantados (102). Mais uma vez, tomamos como base o estado de Alagoas, para entender o que os números aqui significam, ou seja, com uma quantidade um pouco maior de planos implantados (109), beneficiou um número menor de pessoas (27.721) em relação a Sergipe. Isso comprova que esse estado favoreceu uma quantidade maior de pessoas.

Destacamos também os resultados da estratégia na cidade de Campo de Brito que, por meio da metodologia DRS, reduziu em 50% a queima da lenha nas casas de farinha e

desenvolveu técnicas para o aproveitamento da manipueira que, antes, era jogada no terreno, causava danos à área do plantio e a reduzia. Porém, agora é reaproveitado como adubo e ração animal. Podemos, então, comprovar que a estratégia DRS contribui não só para o desenvolvimento de atividades que proporcionam melhoria na qualidade de vida das pessoas envolvidas, mas também garante, por meio do uso consciente e responsável dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente.

Podemos ver, através dos números, a efetividade da estratégia DRS do Banco do Brasil nacionalmente que, em 2003, apresenta-se de forma tímida apenas na Região Nordeste e que ganhou espaço, ao longo dos anos, em todo o território nacional, buscou parceiros, fomentou o desenvolvimento sustentável em regiões pobres, apoiou atividades econômicas e culturas locais, até então, consideradas inviáveis, e, sobretudo, ajudou famílias inteiras, que se deslocavam para outras regiões, a conseguir o seu sustento e a realizar seus sonhos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi embasado em pesquisas relacionadas ao Banco do Brasil, sua história, suas características e, em especial, seu Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável.

Para o alcance do objetivo geral pretendido - descrever as principais linhas de ações voltadas ao Desenvolvimento Regional Sustentável, utilizadas pelo Banco do Brasil, cuja atuação pudesse ser considerada estratégica - foi preciso tratar dos objetivos específicos, a saber: apontar o entendimento do conceito de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil; apresentar um breve histórico da atuação do BB em Desenvolvimento Regional Sustentável; analisar a atuação do Banco do Brasil no DRS; apresentar a metodologia adotada pelo BB, nas ações voltadas ao DRS, e apontar as principais metas e os resultados referentes às ações estratégicas de DRS desenvolvidas pelo BB.

Dessa forma, em se tratando de um estudo bibliográfico, cuja análise de resultados se deu numa abordagem qualitativa, à luz da literatura e acesso à documentação indireta BB, foi possível expor a importância da gestão ambiental para o Banco do Brasil, no contexto de mercado altamente competitivo, destacando a importância do assunto que, outrora, não se abordaria com tanta representatividade numa instituição bancária.

Diante dos dados ora apresentados, é possível verificar a dimensão e a importância de tal iniciativa, haja vista que ocorreram, como nos casos aqui apresentados, inúmeros benefícios nas áreas atendidas pelo DRS, tais como: capacitação dos beneficiários, redução dos danos ambientais, impactos sociais positivos, como diminuição da desnutrição e da mortalidade infantil, acesso ao ensino fundamental e técnico e, conseqüentemente, aumento no IDH da Região atendida pela iniciativa. Outro aspecto importante é que visa conciliar o atendimento aos interesses de seus acionistas com o desenvolvimento de negócios social e ecologicamente sustentáveis e contribuir para o desenvolvimento de um novo sistema de valores para a sociedade.

Quanto ao questionamento proposto inicialmente, qual seja: "Podem-se visualizar iniciativas estratégicas empreendidas nos programas de desenvolvimento regional implementadas pelo Banco do Brasil, de forma a identificar sua postura e seu compromisso com o desenvolvimento sustentável"? pode-se dizer que a resposta é sim, uma vez que o Desenvolvimento Regional Sustentável, desenvolvido e visualizado em nosso estudo sobre o BB, trata de uma prática de grande importância, visto que, conforme os dados analisados, constatamos que houve melhoria na qualidade de vida das comunidades envolvidas no DRS,

bem como o uso consciente dos recursos naturais, o que irá reduzir impactos ambientais negativos e gerar maiores benefícios não só para o Banco, mas também para todas as organizações beneficiadas pelos projetos e as gerações futuras.

Ressalte-se, ainda, que tal investimento não se aplica apenas às instituições bancárias, mas também às que desejam se manter sólidas, em um mercado tão exigente, pois sua prática agrega valor à empresa e contribui para a construção de uma sociedade melhor, onde a inclusão social, a geração de emprego e de renda e a diminuição dos impactos ambientais sejam peças importantes para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Finalizamos este estudo, em que analisamos a temática da gestão ambiental dentro do Banco do Brasil, apresentando questões que contribuiriam para desenvolvê-lo e para o nosso crescimento pessoal e profissional a respeito do tema.

Assim, diante do que foi exposto, percebemos que tanto o Banco do Brasil quanto outras organizações repensem práticas mais conscientes e responsáveis, que contribuam para o desenvolvimento sustentável, de forma que possamos satisfazer às nossas necessidades e garantir que as gerações futuras satisfaçam as suas. Porém, essa responsabilidade não cabe apenas às organizações ou aos governos. Ela também é nossa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. O mundo dos negócios e o meio ambiente no Século 21. In: TRI-GUEIRO, André (coord). **Meio ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

_____. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO COOPERFORTE. **Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil: inclusão e transformação**. Banco do Brasil - Brasília, DF, 2011.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, 1980.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LEME, Kelly D. **Responsabilidade Sócio-ambiental no Sistema Financeiro**. Monografia -TGI I/ GEOGRAFIA-FFLCH/USP -2006.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o Século XXI: Desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/ Fundação para o desenvolvimento administrativo, 1993.

_____. **Rumo à Ecosocioeconomia**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Christian Luiz da (org.). **Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico, integrado e adaptativo**. Vozes, Petrópolis, 2006.

SILVA, J.A. **Direito ambiental constitucional**. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

SILVA, Marise Borba; GRIGOLO, Tânia Maris. **Metodologia para iniciação à prática da pesquisa e da extensão II**. Florianópolis. UDESC/CEAD, 2002.

SITES:

AMADORA. Câmara Municipal. **Agenda 21**: Desenvolvimento sustentável. Disponível em: <www.cm-amadora.pt>. Acesso em: 26 de jan. 2012.

BANCO DO BRASIL. **Metas e resultados**. Disponível em: <www.50.bb.com.br/drs>. Acesso em: 03/07/2012.

_____. **Universidade Corpotativa**. Disponível em: <www.bb.com.br/portallbb/home1,139,139,23,0,1,8.bb>. Acesso em: 26 de jan. 2012.

_____. **Relatório Anual 2009**. Disponível em: <www.bb.com.br>. Acesso em 19/01/2012.

<http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/LivroBB2.pdf?codigoMenu=1426&codigoRet=14955&bread=3>

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Disponível em: <www.cebds.org.br>. Acesso em: 26 de jan. 2012.

DECLARAÇÃO DO MILÊNIO. Disponível em <http://www.pnud.org.br/~/Docs/declaracao_do_milenio.pdf>. Acesso em 27 de jun. 2012.

DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEJAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - ENDS 2015**. Disponível em: <<http://www.dpp.pt/pt/ENDS2015/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 28 de Jun. 2012.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em: <www.ethos.org.br>. Acesso em: 26 de jan. 2012.

INSTITUTO PERCEPÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em: <www.percepcoes.org.br>. Acesso em: 26 de jan. 2012.

ISO. International Organization for Standardization. **ISO 1400-Environmental management**. 2002. Disponível em: <<http://www.iso.ch>>. Acesso em 19 jun. 2012.

MALHEIROS, T. F.; PHILIPPI JR, A.; COUTINHO, S. M. **Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável**: contexto brasileiro. Saúde e sociedade, São Paulo; vol. 17, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902008000100002&script=sci_arttext>. Acesso em 29 de jun. 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21**. Disponível em:
<www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>. Acesso em: 26 de jan. 2012.

O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.
Disponível em: <www.catalisa.org.br>. Acesso em: 26 de jan. 2012.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL.<www.receita.fazenda.org.br/pessoajuridica/cnpj>.
Acesso em 26 de jan. 2012.

YOGUI, Ricardo. **Profissional Compass**: posicionamento, ética, valores e relacionamento no ambiente corporativo. 2007. Disponível em:
<<http://professionalcompass.blogspot.com/2007/04/conhea-o-instituto-ethos.html>>. Acesso em: 26 de jan 2012.

WWF BRAZIL. **O que é desenvolvimento sustentável?** Disponível em:
<http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel>. Acesso em: 23 de jun. 2012.